



Comunicado Conjunto e Questionamentos da Sociedade Civil de Moçambique, Brasil e Japão sobre o ProSAVANA com Relação aos Documentos do Governo Recentemente Vazados

27 de Agosto de 2016

Antecedentes e propósito

Em Outubro de 2012, a União Nacional de Camponeses de Moçambique (UNAC), o maior movimento de camponeses de Moçambique, publicou um comunicado em que sistematizava todas as suas questões e preocupações com relação ao ProSAVANA¹, um programa de desenvolvimento agrícola de grande dimensão no Corredor de Nacala, no norte de Moçambique. Desde então, nós, como membros da sociedade civil dos três países envolvidos (Moçambique, Brasil e Japão), engajámo-nos activamente na realização de mudanças no programa que permitissem que o mesmo tomasse a direcção de respeito dos direitos e da soberania dos camponeses locais.²

Em Maio de 2013, a UNAC e vinte e três (23) organizações da sociedade civil locais submeteram uma carta aberta aos governos dos três países. A carta aberta pedia a suspensão imediata do programa, a divulgação de informação pertinente e a reavaliação do programa de modo a incorporar a participação autónoma e activa dos camponeses.³ Em resposta, os governos comprometeram-se a realizar um "diálogo aberto e transparente" com os camponeses e organizações da sociedade civil.⁴

No entanto, as informações sobre o programa continuam obscuras e pouco divulgadas e, desde 2013, têm-se registado continuas ameaças e violações dos direitos humanos contra as pessoas e líderes das uniões de camponeses que mostram reservas ou que se opõem ao programa. Entre Abril e Junho de 2015, realizaram-se "auscultações públicas" em dezanove (19) distritos onde seria implementado o programa. No entanto, mais de oitenta organizações da sociedade civil no mundo inteiro, incluindo a UNAC, acusaram as auscultações de serem manipuladas, encenadas e falsas, e denunciaram o processo e consideraram inválidos os resultados assim obtidos.⁵

A sociedade civil dos três países tem, repetidamente, reivindicado às autoridades respectivas 1) o respeito pelos direitos humanos, 2) maior transparência e prestação de contas, e 3) "Diálogo Significativo" baseando Direito a Consultas Livres, Prévias e Informadas (CPLI). Apesar dos compromissos verbalmente assumidos, a implementação do Programa não melhorou, tendo, ao contrário, piorado.

Em Setembro de 2015, a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA, em inglês) iniciou o "Projecto de Participação da Sociedade Civil"⁶ com o objectivo de responder "às críticas levantadas nas auscultações públicas, particularmente pela UNAC".⁷ Contudo, o dito projecto foi iniciado sem o conhecimento das organizações da sociedade civil dos três países e tem tido repercussões negativas, particularmente para a sociedade civil moçambicana. Em Fevereiro deste ano, a UNAC e nove (9) organizações da sociedade civil local publicaram um comunicado sobre ProSAVANA: "Campanha Não ao Prosavana denuncia as irregularidades do processo de Diálogo sobre o ProSavana" empreendido pelo projeto.⁸

Em Maio deste ano, quarenta e seis (46) documentos relacionados com o ProSAVANA "Projecto de Engajamento das Partes Interessadas" foram vazados.⁹ Adicionalmente, mais de cem

documentos públicos foram obtidos através da Lei Japonesa de Acesso à Informação Administrativa. O presente comunicado condena fortemente os conteúdos destes documentos e exige que as preocupações que aqui expomos sejam tratadas imediatamente pelos três governos, bem como, sejam respondidos os questionamentos que fazemos.

O que os documentos revelam

As afirmações que fazemos a seguir foram elaboradas a partir das evidências destes documentos, dos resultados da pesquisa de campo no local de implementação do programa,¹⁰ e de uma avaliação cuidadosa das explicações dadas pelo governo em vários encontros.¹¹

1) Em Dezembro de 2012, logo depois da denúncia da UNAC sobre o Programa ProSAVANA (em Outubro), os governos dos três países concordaram em adoptar uma “Estratégia de Comunicação”.¹² Foram planificadas e implementadas várias medidas contra as organizações da sociedade civil e movimentos que se opõem ao programa ProSAVANA. O esquema foi financiado pela JICA¹³ como uma “Proposta de Intervenção e Plano de Acção”.¹⁴

2) Foi formada uma “rede distrital de colaboradores”, incluindo administradores regionais, autoridades tradicionais e indivíduos¹⁵ para diminuir a influência das organizações de camponeses e da sociedade civil nos dezanove (19) distritos abrangidos pelo programa.¹⁶

3) Com a finalidade de criar divisões entre os grupos da sociedade civil e afectar a credibilidade e confiança existentes entre organizações da sociedade civil internacionais (especialmente as do Brasil e do Japão), várias medidas foram tomadas envolvendo autoridades governamentais e a mídia.¹⁷

4) Em Outubro de 2015, a JICA iniciou o "Projecto de Engajamento das Partes Interessadas" e, por meio de um contrato celebrado com um consultor local,¹⁸ implementou uma estratégia para cooptar a sociedade civil”.¹⁹ Concretamente, eles mapearam os potenciais conflitos e conflitos de interesses existentes entre grupos da sociedade civil ou internos a esses grupos e fizeram intervenções²⁰ estratégicas para “promover a formação de alianças”²¹ em apoio ao programa ProSAVANA, fortalecendo certos grupos²² e criando uma "plataforma específica de diálogo"/ “Comité Consultivo/ de Trabalho para o ProSAVANA”.²³ Para as reuniões preparatórias foram convidados, apenas "os que demonstravam boa vontade" e eram aprovados pela JICA e pelos dirigentes do ProSAVANA,²⁴ enquanto que aqueles que integram a Campanha "Não ao ProSAVANA", incluindo a UNAC e as suas uniões provinciais, foram excluídos e "desconsiderados em termos de negociações”.²⁵ A criação da plataforma avançou, e eles esperam que seja criada uma circunstância na qual os grupos optem por participar por medo de ser deixados para trás e isolados.²⁶

No dia 22 deste mês foi publicada uma análise completa desses documentos, que baseiam esta declaração, realizada pela sociedade civil japonesa.²⁷ Concluímos que é evidente que o programa ProSAVANA, longe de responder às preocupações e exigências urgentes das uniões de camponeses locais e das organizações da sociedade civil dos três países que os apoiam, tem activamente e de forma estratégica procurado enfraquecer, dividir e isolar os que levantam preocupações lúcidas contra o programa.

Resistência, Demandas e Questionamentos

Condenamos fortemente esta intervenção e manipulação da sociedade civil feita pelo governo como parte de um programa de cooperação internacional.

A usurpação de terra continua a ser uma preocupação persistente no corredor de Nacala. O programa de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala, que é uma estratégia mais ampla na qual se situa o programa ProSAVANA, continua a promover investimentos sem antes resolver e responder às questões que colocamos.²⁸ Programas de apoio e de cooperação internacional deveriam estar a apoiar o empoderamento e a solidariedade dos camponeses e das organizações da sociedade civil que enfrentam a usurpação de terras. Contudo, o programa ProSAVANA faz o contrário, e, intencionalmente, procura enfraquecer e criar divisão entre os

camponeses. Enquanto isso, experimentamos um risco crescente de mais camponeses perderem as suas terras.

A situação actual, como discutido acima, vai contra os princípios da "solidariedade internacional" e da "cooperação internacional", como anunciado pelos governos do Brasil e do Japão e respectivas agências de cooperação, e, também, viola direitos constitucionais fundamentais. Condenamos firmemente os três governos pela retenção e pela negação do acesso a informação importante relacionada com o programa, o que, por si só, viola as directrizes e leis relevantes de cada um destes países, e por continuarem a implementar de forma deliberada e institucionalizada medidas, como as descritas acima. Ressaltamos, também, que estas actividades contra a sociedade civil realizam-se num contexto de deterioração da paz, da democracia, governação e direitos humanos em Moçambique.²⁹

Nós, como cidadãos de três povos, reivindicamos que sejam tomadas imediatamente as seguintes medidas:

- 1. A paralisação do programa ProSAVANA e de todas as actividades relacionadas;**
- 2. A divulgação de todos os documentos sobre o ProSAVANA que ainda por divulgar como forma dos governos cumprirem as suas responsabilidades e “prestarem de contas” aos cidadãos dos três países.**

Também requeremos que os três governos respondam claramente às seguintes questões:

- 1) Que nos dêem uma resposta e um posicionamento quanto às reivindicações contidas neste comunicado sobre a "Estratégia de Comunicação".**
- 2) Que nos dêem uma resposta e um posicionamento quanto às reivindicações contidas neste comunicado sobre o “Projecto de Participação da Sociedade Civil”.**

Como último ponto, nós manifestamos as nossas fortes preocupações sobre o seguinte desenvolvimento:

* De acordo com as informações nos documentos vazados, o "fundo de contrapartida", obtido por meio da assistência alimentar (e/ou à agricultura) do Japão (KR/KRII),³⁰ será a fonte de financiamento das actividades futuras de "diálogo". Esse fundo não é transparente, e por isso, tem-se tornado numa fonte constante de preocupação, uma vez que ele não faz parte da tesouraria do Estado. Isso só contribui para a contínua falta de transparência do programa ProSAVANA.

Conclusão

Uma vez que as organizações da sociedade civil que decidiram participar no mecanismo de diálogo desconhecem a maioria das informações mencionadas acima, solicitamos que essas organizações analisem cuidadosamente as fontes primárias que foram a base deste documento³¹ e que considerem as análises, dessas mesmas fontes, realizadas pela sociedade civil japonesa³² e reconsiderem o seu futuro compromisso com o programa ProSAVANA.

Nós, cidadãos dos três países, declaramos a nossa determinação em continuar a trabalhar com os camponeses em Moçambique com o objectivo de contribuir para a protecção dos seus direitos, da sua dignidade, da sua soberania e da sua terra.

Assinatura de organizações:

MOÇAMBIQUE

1. União Nacional de Camponeses (UNAC)
2. Justiça Ambiental (JA!)
3. Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades (ADECRO)
4. Marcha Mundial das Mulheres
5. Fórum Mulher
6. LIVANINGO
7. Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH)
8. Amigos da Terra Moçambique
9. Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nacala (CDJPN)
10. Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nampula (CaJuPaNa)
11. RISC – Mocambique
12. Associação Mocambicana para o Desenvolvimento da Comunidade e Meio Ambiente (AMODECA)

O BRASIL

13. AV —Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale
14. Cimi – Conselho Indigenista Missionário
15. CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
16. CPT - Comissão Pastoral da Terra
17. FASE - Solidariedade e Educação
18. FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
19. INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
20. MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
21. MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
22. MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
23. MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
24. PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
25. Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
26. Amigos da Terra Brazil
27. Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
28. REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos
29. ADEREMG - Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais
30. SERRSMG - Sindicato dos Empregados Rurais da Região Sul de Minas Gerais
31. Sindercam - Sindicato dos Empregados Rurais de Carmo de Minas MG
32. Feraemg - Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de Minas Gerais

O JAPÃO

33. Japan International Volunteer Center (JVC)
34. Africa Japan Forum (AJF)
35. Concerned Citizens Group with the Mozambican Development-Japan (Mokai)
36. No! to landgrab, Japan
37. ATTAC Japan
38. Asian Farmer's Exchange Center
39. Japanese Federation of Farmer's Unions
40. Farmer's Union of Hokkaido, Japan
41. FOE Japan
42. Network between Village and Town
43. WE21 Japan
44. Japan Center for a Sustainable Environment and Society (JACSES)
45. WE21 Japan Hodogaya

46. WE21 Japan Izumi
47. WE21 Japan Fujisawa
48. Mekong Watch
49. Kinoshita Co., Ltd.
50. ODA Reform Network
51. Alternative People's Linkage in Asia (APLA)
52. ayus
53. Advocacy and Monitoring Network on Sustainable Development (AMnet)
54. Freedom School 'YU'
55. Hokkaido NGO Network Council
56. Concerned Citizens Group with TPP
57. Action for Solidarity, Equality, Environment, and Development (ASJ)
58. ODA Reform Network Kansai

OUTROS

1. NRAN (No REDD in Africa Network)
2. KEPA / Finland
3. Alternative Information and Development Centre (AIDC) / South Africa
4. CESTA / El Salvador
5. Centro de Documentación en Derechos Humanos "Segundo Montes Mozo S.J." (CSMM) / Ecuador
6. Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo (PIDHDD Regional) / Ecuador
7. FoE Togo
8. Centre for Environment and Development/Cameroon
9. World Rainforest Movement
10. FOE Africa
11. Groundwork South Africa
12. GRAIN
13. FIAN International
14. Red Regional agua, desarrollo y democracia (REDAD) / Peru
15. ATTAC ARGENTINA / Argentina
16. Woman Health Philippines / Philippine
17. CADTM International
18. ATTAC / CADTM Maroc / Morocco
19. CADTM AYNA
20. CADTM France / France
21. CADTM Belgique / Belgium
22. The Transnational Institute (TNI)
23. Haburas Foundation / FoE Timor Leste
24. COECOCEIBA – FoE COSTA RICA
25. ATTAC France / France
26. Earth Harmony Innovators / South Africa
27. Ukuvuna Urban Farming / Zimbabwe

¹ Abreviação do “Programa de Cooperação Triangular entre Brasil, Japão e Moçambique para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical (Setembro de 2009).

² Declaração inaugural: Campanha Não ao ProSAVANA! (Junho de 2014). <http://farmlandgrab.org/23578>
As denúncias com relação ao ProSAVANA tiveram início com a primeira declaração da UNAC publicada em Outubro de 2012. (<http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/39-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana>). Ela foi seguida de um artigo de posicionamento lançado pela JA! Em janeiro de 2013. <http://farmlandgrab.org/21566> Desde então, muitas declarações foram publicadas pelas organizações brasileiras, moçambicanas e japonesas e também por organizações internacionais. Veja: <http://www.farmlandgrab.org/cat/show/827>

³ Carta Aberta da Sociedade Civil e de Movimentos Sociais Moçambicanos Revindicando a Suspensão do Programa ProSAVANA (28 Maio, 2013).

⁴ House of Councilors Settlement Committee (12 Maio, 2014). Depois do President da JICA, Tanaka Akihiko, e o Ministro Kishida Fumio prometerem “atividades (processo) propícias” e “diálogo propício.”

⁵ Moçambique: Exigimos a Suspensão e a Invalidação Imediata da “Auscultação Pública do Plano Diretor do ProSAVANA” (4 de Junho, 2015) <http://farmlandgrab.org/25017>

⁶ Como nos foi explicado pela JICA no 15o encontro de diálogo (19 Fevereiro, 2016). A sequência de eventos foi sistematizada no seguinte documento “Voice of Japanese Civil Society: Declaration of Resistance to the ProSAVANA project ‘Stakeholder Engagement Project’ and Demand for a Drastic Reevaluation” (18 Março, 2016). http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/activities/ps20160318statement.html
http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/17kai_shiryō/ref3.pdf

⁷ Como nos foi explicado pela JICA no 16o encontro de diálogo (9 Março, 2016).

⁸ 17 de Fevereiro, 2016. <http://farmlandgrab.org/25798> “Síntese do Encontro de Convergência e Resistência do Movimento não ao ProSavana” (7 Maio, 2016). <http://farmlandgrab.org/26173>

⁹ Os documentos estão disponíveis aqui: <http://farmlandgrab.org/26158>

¹⁰ Desde de Julho de 2013, ONGs japonesas, com movimentos camponeses e a sociedade civil organizada em Moçambique, realizaram pesquisas de campo oito (8) vezes. Os resultados encontrados podem ser encontrados aqui “ProSAVANA Civil Society Report 2013: Findings and Recommendations” (Abril 2014). <http://www.dlmarket.jp/products/detail/263029> “Observations on ProSAVANA: Outline and Changes, and Recommendations from NGOs” (28 de outubro 2014). <http://www.ngo-jvc.net/jp/projects/advocacy-statement/data/proposal%20final.pdf> Veja também o relatório sobre o Encontro de Diálogo: http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/14kai_shiryō/ref3.pdf

¹¹ Desde Janeiro de 2013 foram 17 “Encontro de Diálogo sobre o Programa ProSavana” entre ONGs japonesas e o Ministério dos Negócios Estrangeiros Japonês e a JICA. Veja aqui: http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/

http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/shimin/oda_ngo/taiwa/prosavana/index.html

¹² A ata do Encontro de Coordenação dos três Países pode ser encontrado aqui: <https://www.grain.org/article/entries/4703-leaked-prosavana-master-plan-confirms-worst-fears>

¹³ Com o objetivo de formular uma estratégia de comunicação, a JICA assinou um contrato com uma agência de consultoria local (dum Português), CV&A, e tratou isso como um projeto (ToR, pag. 4). http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/102.pdf, no original de “intervention proposal and action plans.” Para documentos e informações primárias sobre a estratégia de comunicação ver http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/index_docs.html

¹⁴ ToR, pag.4. No relatório mensal de actividade ProSAVANA” da CV&A publicado pela JICA, ficou claro que a CV&A implementou a estratégia que eles haviam formulado. Somente os relatórios de Julho, Agosto e Outubro foram disponibilizados pela JICA.

¹⁵ “Estratégia de Comunicação: ProSAVANA” (Setembro de 2013), pag. 10-12, 23-26, 46.

http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/104.pdf

¹⁶ “Considera-se ainda que o contacto directo com as comunidades desvalorizará essas associações enquanto porta-vozes das comunidades ou dos agricultores. Formas de actuar para minimizar a força destas organizações.... Retirando importância às organizações da sociedade civil moçambicana, retira-se força às ONG estrangeiras a actuar em Moçambique, pois estas reduzem o seu contacto com os media e, conseqüentemente, a sua influência.” (ProSAVANA Estratégia de Comunicação) (Setembro 2013, pag. 34-35.) http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/104.pdf Esse relatório “Estratégia”: “como um documento público para o Programa ProSAVANA, foi acordado pelos três países e pela JICA, e cujo autor e promotor é identificado como ProSAVANA.”

¹⁷ O uso original da palavra “desvalorizar.” Anota-se a seguinte frase: “Adicionalmente, seguindo a estratégia de comunicação que afasta a ligação do Corredor de Nacala do Cerrado no Brasil, desvaloriza-se alguns dos principais argumentos que estas ONG internacionais têm utilizado no último ano.” (“ProSAVANA Communication Strategy, pages 30-35) “O ProSAVANA deve sempre oferecer-se para arcar as despesas, ainda que muitos dos media internacionais não aceitem esta oferta” (pag. 34). Essa proposta não é originalmente da CV&A, mas a mesma utilizada e que aparece nos documentos que estão no apêndice e que são os contratos com a JICA (ToR [termos de referência]), “Communication Strategy in the Framework of ProSAVANA.” Disponível aqui:

http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/103.pdf

¹⁸ ToR da JICA para a MAJOL. http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/122.pdf

¹⁹ Claro no relatório “Inception Report” da MAJOL (pag. 5) publicado pela JICA.

http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/123.pdf

²⁰ O original “identificação de ... conflitos potenciais ou conflitos de interesses entre o projeto e grupos particulares ou entre os grupos.”

²¹ Inception Report” divulgado pela JICA (pag.18).

²² O original diz “cultivation.” O documento vazado, intitulado “rascunho preliminar” do Mapeamento de Stakeholders do ProSAVANA“ elaborado pela MAJOL (pag. 20).

²³ “Uma plataforma de diálogo” na ToR da JICA (Outubro de 2015) foi transformada no “comité consultivo para o ProSAVANAV (ProSAVANA advisory committee)” em “Inception Report” (pag. 5). MAJOL sugeriu à JICA que modificasse o termo “consultivo (advisory)” para “de trabalho (working)”, e esta denominação (ProSAVANA advisory/working committee) continuou até janeiro 2016 (carta de convite pela MAJOL).

²⁴ Escrito claramente no documento da ToR da JICA (pag. 2-3).

http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/122.pdf

²⁵ O relatório da Majol que foi vazado: “Stakeholder Mapping” (pag. 33)

<http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Map.3.pdf>

²⁶ Veja a página 33 do “Stakeholder Mapping.” O original diz “is small enough to be essentially disregarded in terms of negotiation...” <http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/Map.3.pdf>.

²⁷ No! to farmlandgrab, Japan “ProSAVANA’s communication strategy and its impact: An analysis of JICA’s disclosed and leaked documents” (22 de agosto, 2016) <http://farmlandgrab.org/26449>

²⁸ O pesquisador conhecido internacionalmente, Joseph Hanlon, no seu artigo “Comment on ProSAVANA: What does a successful campaign do after it wins?” (26 de Junho, 2016), destacou que a Campanha Não ao ProSavana era “a campanha mais bem sucedida de Moçambique.” Ainda assim, ele critica as organizações por seguirem focando na campanha contra a usurpação de terras no Norte de Moçambique, argumentando que a usurpação não é mais a maior ameaça vivenciada por aquela região. Ele escreve, “Não parece haver mais nenhum grande negócio de agricultura e de usurpação de terras nos últimos cinco anos. E os projetos que já existem não estão se saindo bem.” Não é dessa forma que vemos essa situação. Os perigos da usurpação de terras nessa área não estão diminuindo. Por exemplo, Hanlon ignora e não leva a sério um projeto de 240,000 ha projecto no Rio Lúrio (Projeto de Desenvolvimento do Vale do Lúrio) que pode expropriar cerca de 500,000 famílias. Um artigo recente, em parte baseado nas informações dos Panamá Papers mostra contudo que o projeto permanece sob exame pelo governo moçambicano e que foram fornecidos DUATs (Declaração de Uso e Aproveitamento da Terra, fornecidas pelo governo moçambicano) para o mesmo. Também existem indícios do envolvimento de uma companhia que é detida por um Grupo da Família Real de Abu Dhabi, indicando que o financiamento é uma possibilidade concreta. (<http://farmlandgrab.org/26386>). Se seguirmos as recomendações de Hanlon, os camponeses e as ONGs não estarão permitidas a ser envolvidas nesse tipo de “plano” de usurpação de terras e em desenvolver atividades e iniciativas em áreas que já foram usurpadas. Além disso a área que fica ao longo do Corredor de Nacala também vem enfrentando processos de usurpação de terra não apenas do agronegócio mas de plantações florestais e de infraestrutura (ferrovias) como bem descrito no “Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala”

²⁹ Veja “State of Military, Government, and Society in Mozambique: Focus on the Nacala Corridor and ProSAVANA” (3 Março, 2016). http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/oda/2015301.pdf

³⁰ http://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/doc_2.pdf

³¹ http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/index_docs.html <http://www.farmlandgrab.org/post/view/26158-prosavana-files>

³² <http://farmlandgrab.org/26449>